

-----ACTA DA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DO CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE ABRIL DO  
ANO DE DOIS MIL:-----

-----Aos vinte e oito dias do mês de Abril do ano de dois mil, realizou-se, na sala de sessões da Câmara Municipal de Odemira, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, presidida pelo senhor Manuel Amaro Freire Marreiros Figueira, secretariado pelos senhores Filipe José Guerreiro Palma (Primeiro Secretário) e Manuel da Luz Guerreiro (Segundo Secretário). A sessão foi convocada pelo Segundo Secretário, nos termos do número três do artigo quadragésimo sexto da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, na falta do Presidente da Assembleia e do Primeiro Secretário, e bem assim com base do número um do artigo quadragésimo nono da Lei anteriormente referida, conjugado com o disposto na alínea b) do número um do artigo décimo quarto do respectivo Regimento.-----

-----A Ordem de Trabalhos foi a seguinte:-----

-----I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----1. Discussão e votação da acta da reunião da sessão ordinária de 29/02/2000;-----

-----2. Leitura de expediente;-----

-----3. Apreciação de assuntos de interesse para o concelho.-----

-----II– PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

-----1. Cumprimento do disposto na alínea e) do nº 1 do artº. 53º da Lei nº 169/99 de 18/09: apreciação;-----

-----2. Conta de Gerência e Relatório de Actividades da Câmara Municipal de Odemira do ano de 1999: apreciação e deliberação;-----

-----3. Autorização para venda do edifício construído no lote nº 10, no Loteamento Municipal da Zambujeira do Mar – Manuel António Miguel do Rosário Dimas: apreciação e deliberação;-----

-----4. Feira das Actividades Culturais e Económicas do Concelho de Odemira (FACECO)  
– Proposta de Tabela de Preços para 2000: apreciação e deliberação;-----

-----5. Proposta “Pela Modernização e Dignificação das Assembleias Municipais”,  
resultante da reunião com a Direcção da Associação Nacional de Municípios Portugueses, no  
dia 30/03/2000: apreciação e aprovação.-----

-----III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:-----

-----**ABERTURA DA SESSÃO**-----

-----Pelas dez horas e vinte cinco minutos, o senhor Presidente da Assembleia declarou, nos  
termos da Lei, aberta a sessão e, depois de saudar os presentes, passou a palavra ao Segundo  
Secretário que procedeu à chamada, tendo-se verificado, após algumas chegadas mais tardias, a  
presença de trinta e três membros, a saber os senhores Alberto Fernando Silva Jaques Pedras,  
Amâncio Francisco Mendes da Piedade, Aníbal Mendes Simão, António Augusto Fernandes  
Alves Paulino, António Carlos da Silva Vilhena Roberto, António Eduardo Guerreiro Silva,  
António Maria de Jesus Guerreiro, Catarina da Luz Martiniano Ramos, Dominic Robin Cross,  
Dulce Loução de Matos Raposo, Filipe José Guerreiro Palma, Horácio de Oliveira Gonçalves,  
Humberto Inácio da Encarnação, João Maria Salvador, Joaquim Maria da Silva Rodrigues,  
Joaquim Maurício Conceição Rosa, Jorge Martins Parreira, José da Silva Valério, José David  
Fernandes Geraldo, José Henrique Lopes, José Manuel da Silva, José Manuel Guerreiro, José  
Manuel Reis Guerreiro, José Maria Joana, Manuel Amaro Freire Marreiros Figueira, Manuel  
Bartolomeu Afonso da Palma, Manuel da Luz Guerreiro, Manuel José Silva Correia, Maria  
Emília José Gomes da Silva, Maria Manuela da Silva Soares Guerreiro, Mário Neves Páscoa  
Conceição, Raúl Manuel Carrilo da Silva Vicente e Sérgio Brigido Martins, e ausentes os  
senhores José Manuel Ferreira Silva, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, Rogério  
Manuel Begarrão Teixeira e Rui Boura Xavier.-----

-----Do executivo da Câmara Municipal de Odemira, estiveram presentes, para além do

senhor António Manuel Camilo Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Odemira, os senhores Carlos Alberto Silva Oliveira e José Alberto Candeias Guerreiro, Vereadores eleitos pelo Partido Socialista e o senhor Cláudio José dos Santos Percheiro, Vereador eleito pela Coligação Democrática Unitária.-----

-----Reportando-se às faltas verificadas nas sessões anteriores, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que à sessão ordinária realizada no dia vinte e nove de Fevereiro do corrente ano, não haviam justificado as faltas os senhores Dominic Robin Cross e Rogério Manuel Bagarrão Teixeira.-----

-----**I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**Ponto um:** DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E NOVE DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL: Uma vez que todos os presentes se encontravam de posse de exemplares fotocopiados da acta em epígrafe, que fora previamente enviada com a restante documentação para esta sessão, foi por isso dispensada a sua leitura e imediatamente submetida à discussão.-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da presente acta, a qual foi devidamente aprovada por unanimidade, correspondendo a dezassete votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro independente, quando estavam presentes vinte e nove membros da Assembleia.-----

-----**Ponto dois:** LEITURA DE EXPEDIENTE: A exemplo das sessões anteriores, embora todos os presentes se encontrassem munidos de fotocópias dos mapas-resumo da correspondência recebida e expedida desde a última sessão ordinária, o senhor Presidente da Assembleia colocou, os respectivos originais, à disposição de eventuais interessados, para melhor esclarecimento.-----

-----Não havendo qualquer intervenção, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----**Ponto três:** APRECIACÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO: Neste ponto registaram-se as seguintes intervenções:-----

-----O senhor Sérgio Martins questionou ao senhor Presidente da Assembleia se o relatório sobre o “Estado das Estradas Nacionais do Concelho de Odemira”, seria para apreciação e deliberação, dado que apesar de ter seguido com a restante documentação para esta sessão, não estava incluído nos assuntos da Ordem de Trabalhos.-----

-----Ainda sobre este assunto, propôs que se desse conhecimento do relatório às Assembleias Municipais dos concelhos limítrofes, que fosse publicado no próximo Boletim Municipal e em alguns órgãos de comunicação social nacional e regional, e bem assim que fosse divulgado em algumas rádios locais.-----

-----Seguidamente, apresentou as propostas que seguidamente se transcrevem na íntegra:-----

-----**PROPOSTA**-----

-----“Tendo em atenção que o **Dr. TITO LÍVIO MARQUES SERRÃO**, médico nascido neste concelho em 17/07/1918 e falecido em 29/11/1999, tendo exercido a sua profissão ao longo de 40 anos da sua carreira prestando cuidados de saúde a um sem número de pessoas e gerações de todos os estratos sociais deste concelho, com dedicação e empenho, venho propor em nome da Coligação Democrática Unitária, a atribuição do seu nome a uma rua da vila de Odemira.-----

-----Os eleitos da C.D.U.-----

-----Sérgio Martins”-----

-----**PROPOSTA**-----

-----“**AQUISIÇÃO DE VITURA DE APOIO RÁPIDO PARA A SAÚDE**-----

-----Tendo em atenção à necessidade de ocorrer com rapidez na prestação de cuidados

avançados de saúde no local do acidente ou da doença, tendo também a experiência de viatura deste tipo ao serviço do Centro de Saúde de Odemira com resultados já positivos no salvamento de várias vidas humanas; sabendo da intenção da Sub-Região de Saúde de Beja de poder sediar uma viatura do género no concelho de Odemira, que só não aconteceu por falta de verbas para a sua concretização; tendo também em atenção a grande importância e alcance que esta viatura poderia representar no âmbito da protecção civil do concelho, proponho que o Executivo Municipal estabeleça contactos com aquela Sub-Região de Saúde, no sentido de ultrapassar aquela dificuldade financeira, disponibilizando a verba necessária para aquisição daquela viatura mediante um acordo protocolar (tipo contrato – programa).-----

-----Os eleitos pela C.D.U.-----

-----Sérgio Martins”-----

-----Por último, relativamente à inauguração da Rotunda do Lagar, em Odemira, considerou que era uma obra que fazia bastante falta, para aquela zona da vila. Quanto à ocupação do espaço, referiu que não colocava em causa o valor da obra de arte, havendo quem acolhia bem, o facto de ter sido utilizado materiais de reciclagem, ou aproveitamento de ferro. Porém revelou que discordava com o método de ocupação utilizado, dado que considerava que tratando-se de um espaço público, deveria ter existido um debate entre os munícipes e os órgãos executivos do concelho. Referiu ainda que teria sido interessante a realização de um concurso de ideias para aquela zona ou para qualquer outro espaço publico, que se venha a criar;-----

-----O senhor António Roberto considerou que os acessos à futura zona industrial ligeira de São Teotónio, não eram os melhores para a circulação de veículos pesados. Questionou ainda se a Comissão de Acompanhamento do Protali se tem reunido e considerou que o diploma legal encontrava-se desfasado da actual realidade e em alguns casos continuava a ser um entrave para o desenvolvimento do concelho de Odemira.-----

-----Referiu ainda a problemática da REN – Reserva Ecológica Nacional, que continuava a

dividir propriedades e famílias e questionou também sobre o ponto da situação para construção em propriedades com menos de cinco hectares.-----

-----Perguntou também se não seria possível o alcatroamento da estrada da Zambujeira do Mar ao Carvalhal, e bem assim, para quando estava previsto o asfaltamento da Rua do Monte Vistoso, em Vila Nova de Milfontes.-----

-----Por último, considerou que o volumetria da “árvore” da Rotunda do Lagar, em Odemira era um pouco exagerada em relação à rotunda. Considerou ainda que o Alentejo já era demasiado seco e a árvore lembrava ainda mais a seca. Referiu que o material utilizado não era reciclado, mas sim fundível e não se relacionava com o concelho de Odemira. Por fim, questionou sobre o significado da obra de arte em causa, o seu preço e peso e se de facto estava construída sobre condutas de água;-----

-----O senhor Alberto Pedras informou que alguns lotes no Bairro Municipal de Santa Clara-a-Velha, já tinham ultrapassado em muito o prazo para início da construção das habitações. Face ao exposto e dada a falta de habitação que existe no concelho, questionou se não haveria a hipótese de chamar a atenção dos proprietários para esse facto;-----

-----O senhor Raúl Vicente, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, considerou que o acesso a Vila Nova de Milfontes, no Verão era caótico, havendo necessidade de existir uma saída a norte da vila, pelo Parque de Campismo às Malhadinhas.-----

-----Questionou ainda sobre o ponto da situação em que se encontra o Gabinete Técnico Local, para a zona das Brunheiras e Galeado. Por último, referiu que o Rio Mira era bastante importante para o concelho de Odemira e era urgente o seu desassoreamento;-----

-----O senhor António Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, relativamente ao relatório sobre o “Estado das Estradas Nacionais do Concelho de Odemira”, informou que na última sessão ordinária da Assembleia Municipal, aquando da apresentação do citado relatório, o senhor Presidente da Câmara tinha dito que se devia acrescentar a estrada que fazia ligação

Cercal – Colos – Ourique, porém continuava a não constar do documento.-----

-----Por último, considerou que também deveria ser incluído no quarto ponto do relatório o Cruzamento de Santa Luzia, também já considerado “Cruzamento da Morte”, devido à enorme quantidade de acidentes mortais já existentes;-----

-----O senhor Jorge Parreira considerou que existiam várias lixeiras no concelho de Odemira que deveriam ser retiradas, já que pretendiam promover o turismo no concelho. Quanto à obra de arte da Rotunda do Lagar, em Odemira, considerou que se tratava de uma “acumulação de lixo organizado”, que inclusivamente era importado. Face ao exposto referiu que discordava com esse sistema de reciclagem e que deveriam ter pensando em outra forma de ocupação do espaço público;-----

-----O senhor Amâncio da Piedade agradeceu em nome dos habitantes da Nave Redonda, o facto de terem iniciado as obras de saneamento básico, daquela zona, há muito prometidas e esperadas. Manifestou ainda o seu contentamento por se encontrar concluído o projecto da estrada das Moitinhas à Nave Redonda.-----

-----Quanto à Rotunda do Lagar, em Odemira, disse que concordava com toda a obra, referindo que há muito não se viam coisas novas na vila e considerou que Odemira já tinha um cartão de visita.-----

-----Por último, disse ao senhor Presidente da Câmara que não se deixasse influenciar pelas críticas da oposição, já que eles não tinham feito nada, quando tiveram essa oportunidade.-----

-----O senhor António Guerreiro questionou ao senhor Presidente da Câmara sobre a cassete de vídeo relativa à gravação do espectáculo do Trio Odemira, na festa da Nossa Senhora da Piedade, em Odemira, e bem assim se tinha sido transmitida na televisão conforme constava do contrato.-----

-----Por último, informou o senhor Presidente da Assembleia que há dois anos tinha levantado a questão de um membro deste órgão, com residência em Odemira, apresentar ajudas de custo

nas sessões da Assembleia Municipal que se realizavam na sede do concelho e até ao momento não tinha sido informado de nada;-----

-----O senhor José Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare, informou que na sessão solene comemorativa do vigésimo sexto aniversário do “Vinte e Cinco de Abril”, tinha sido distribuído um livro sobre o concelho de Odemira, o qual continha algumas gafes. Revelou que a fotografia legendada “Cão perdigueiro e o seu dono na Estação de Amoreiras-Gare”, era em Luzianes-Gare, assim como “a igreja matriz de Aldeia das Amoreiras que também era em Luzianes-Gare. Face ao exposto solicitou que fosse reposta a verdade.-----

-----Por último, lembrou o senhor Presidente da Câmara sobre a realização da feira dos pequenos ruminantes;-----

-----O senhor José Manuel Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, informou que tinha sido agendado neste dia para a reunião da Assembleia da sua freguesia, a alteração de dois nomes de ruas, designadamente de Rua do Passal, para Rua Amália Rodrigues e a rua que se encontra nas traseiras da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de São Teotónio, para a Rua Doutor Manuel Firmino da Costa, fundador da citada instituição bancária.-----

-----Às questões apresentadas, interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que desconhecia que as autarquias financiassem a compra de viaturas para a administração regional de saúde, porém ficava a aguardar elementos do proponente acerca de contratos-programas já estabelecidos noutros municípios.-----

-----Quanto à Rotunda do Lagar, em Odemira, considerou que se tratava de uma obra importante, mas não era tão transcendental que justificasse tanta discussão. Considerou que a consulta pública seria importante, mas haveria sempre opiniões contraditórias e as obras não se fariam. Quanto à obra de arte, informou que tinham dado liberdade ao artista para criar, sendo solicitado apenas que tivesse presente o Alentejo e o trabalho. Disse que a “árvore” pesava cerca de cinco toneladas e o ferro não era importado. Referiu ainda que não estava construída



sobre nenhuma conduta de água, a única existente encontrava-se a sete metros de profundidade e não era sob a árvore. Por último, em relação a este assunto disse que a obra de arte não ultrapassaria o montante de três mil contos, enquanto que toda a obra da Rotunda do Lagar, tinha importado em cerca de vinte mil contos.-----

-----Relativamente à zona industrial ligeira de São Teotónio, informou que estava projectado um nó, aprovado pela Junta Autónoma de Estradas que faria a distribuição do transito para esse local. Disse ainda que a Comissão de Acompanhamento do Protali não se reunia desde mil novecentos e noventa e quatro. Disse também que a estrada do Carvalhal para a Zambujeira do Mar era “uma luta que se mantinha” com o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.-----

-----Relativamente aos lotes do Bairro Municipal de Santa Clara-a-Velha, disse que estavam a analisar essa questão e, bem assim, informou que já existiam na Câmara Municipal alguns técnicos do Gabinete Técnico Local de Vila Nova de Milfontes, os quais já se encontravam a analisar a questão das Brunheiras e Alagoachos-----

-----Informou também que o desassoreamento do Rio Mira, fazia parte de um conjunto de obras que constava do protocolo anteriormente assinado. Por último, perguntou em que local se situavam as lixeiras referidas pelo senhor Jorge Parreira.-----

-----Interveio o senhor Jorge Parreira que informou que se tratava da antiga lixeira de Vila Nova de Milfontes, no Canal e em Vale de Santiago, logo à entrada do concelho de Odemira.---

-----Interveio o senhor Carlos Oliveira, Vereador da Câmara Municipal de Odemira, eleito pelo Partido Socialista que relativamente ao livro de Izhar Perlman, sobre Odemira, informou que tinham sido editados três mil exemplares, tendo a autarquia ficado com metade e a outra metade seria para distribuição em algumas livrarias. Disse também que não tinha sido a Câmara Municipal a escolher e a legendar as fotografias e que os erros detectados iriam tentar ser corrigidos na próxima edição.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que colocou à consideração da Assembleia Municipal, as propostas apresentadas, neste ponto da Ordem de Trabalhos, pelos membros deste órgão:-----

-----A) **RELATÓRIO**, sobre “Estado das estradas Nacionais do Concelho de Odemira”, elaborado pela Comissão de Trabalho da Assembleia Municipal, que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----**“RELATÓRIO”**-----

-----**ESTADO DAS ESTRADAS NACIONAIS DO CONCELHO DE ODEMIRA**-----

-----**1.** Em termos de acessibilidades e ao longo de muitos anos o abandono a que tem sido votado o Concelho de Odemira, assume proporções tais que rondam o escândalo. De facto nos últimos trinta anos não houve qualquer alteração assinalável à rede viária integrada na Rede de Estradas Nacionais tendo sido apenas beneficiados alguns troços designadamente da E. N. 123 e 263, num total de 25 km, entre Odemira e o cruzamento para S. Martinho das Amoreiras, bem como o troço da E.N. 123, entre o Telheiro e Luzianes-Gare.-----

-----Foram ainda efectuadas obras de conservação na E. N. 393 entre Portas do Transval e Vila Nova de Milfontes num total aproximado de 21 km, na E. N. 123 entre Luzianes-Gare e S. Martinho das Amoreiras e E. N. 266 entre Luzianes-Gare e Santa Clara-a-Velha.-----

-----**2.** A situação é tanto mais caricata e desigual quanto os Concelhos limítrofes da antiga Direcção de Estradas do Distrito de Beja, tem sido objecto de tratamento diverso, sendo interessante comparar os investimentos efectuados neste domínio, reportadas conforme se entenda, ao número de habitantes ou à área do Concelho.-----

-----**3.** Chega a haver a impressão de nos últimos 30 anos, existir uma política concertada no sentido de não serem executadas, ou beneficiadas a fundo, Estradas Nacionais no Concelho de Odemira, tal é a coincidência entre as vias novas ou beneficiadas que terminam no limite do mesmo. Referimo-nos concretamente à E. N. 120 entre Lagos e o limite do Distrito de Faro, à

E. N. 120 entre Alcácer do Sal e o limite do Distrito de Setúbal e à E. N. 266 entre Monchique e o limite do Distrito de Faro.-----

-----4. Urge dar prioridade à construção/ beneficiação de vias longitudinais e transversais que possibilitem a circulação de pessoas e bens, sob pena do isolamento a que estamos votados pareça estarmos mais próximo dos índices característicos dos Países do 3º mundo do que em Portugal, País que se reclama Europeu.-----

-----Existem em nosso entender justificações para que o eixo Odemira – Beja seja, pelo menos uma via razoável, com alargamento, rectificação do traçado e repavimentação de acordo com o tipo de tráfego que aí opera, que a E.N. 120 (eixo longitudinal) deixe de estar no estado deplorável em que está, que a E.N. 390 – troço Cercal do Alentejo a Vila Nova de Milfontes, a E.N. 390 de Vila Nova de Milfontes à E.N. 120 em Portas de Transval, a E.N. 393-1 da E.N. 390 à Zambujeira do Mar e a E.N. 389 – de Cercal a Garvão, bem como o Cruzamento de Santa Luzia, que sendo hoje vias distribuidores de tráfego de e para o litoral Odemirense, deixem de estar no mau estado em que estão, provocando acidentes a cada passo, e ainda que o IC4 passe a ser uma realidade deixando de ser uma miragem, sabendo-se como se sabe que há anos que está envolvido em estudos, não passando do papel.-----

-----De facto, mesmo o pequeno número de obras previstas para esta zona do País, não é executado, ou é tardiamente pondo claramente em causa todas as actividades económicas designadamente a agricultura e o turismo.-----

-----5. Pretende o Município através da Assembleia Municipal de Odemira e da Câmara Municipal, debater com quem de direito, nomeadamente com o Ministério do Equipamento a calendarização prevista para a execução das obras do PRN 2000, no que se refere ao Concelho e ao Distrito de Beja, tendo em vista a concretização das principais vias, aliadas ao planeamento integrado da malha mais fina da rede viária concelhia. -----

-----Odemira, 21 de Março de 2000”-----

-----Após ter sofrido a alteração proposta pelo senhor pelo senhor António Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, bem como as sugestões de envio do relatório apresentadas pelo senhor Sérgio Martins, foi o presente relatório colocado a votação, tendo sido devidamente aprovado por unanimidade, correspondendo a dezasseis votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, onze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro independente, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia;-----

-----B) **PROPOSTA**, apresentada pelo senhor Sérgio Martins, membro eleito pela Coligação Democrática Unitária, sobre “Atribuição de Nome de Rua na Vila de Odemira – Dr. Tito Lívio Marques Serrão”. Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi aprovada por maioria, com catorze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, onze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, um voto a favor do membro independente e duas abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia;-----

-----C) **PROPOSTA**, apresentada pelo senhor Sérgio Martins, membro eleito pela Coligação Democrática Unitária, sobre “Aquisição de Viatura Rápida de Apoio para a Saúde”.-----

-----Interveio o senhor Sérgio Martins que informou que não era inédito, as autarquias participarem em investimentos para a saúde, nomeadamente através de um contrato-programa. Por último, informou que a viatura rápida poderia vir para o concelho de Odemira, se houvesse disponibilização de verba.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que informou que, não estava em causa a importância da viatura, mas sim, se fazia sentido a Câmara Municipal se substituir à Administração Central para financiar um veículo que seria para a saúde.-----

-----Por último, perguntou se não haveria hipótese da Câmara Municipal adiantar essa verba,

mas posteriormente seria compensada de outra forma.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que, quando foi assinado o protocolo para limpeza das ribeira, no qual a Câmara Municipal participava em vinte e cinco por cento, tinha sido fortemente criticado, por esse facto.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que sugeriu ao proponente que se retirasse a seguinte expressão: "...disponibilizando a verba necessária para aquisição daquela viatura, mediante um acordo (tipo contrato-programa)". O senhor Sérgio Martins concordou com a presente sugestão.-----

-----Interveio o senhor António Roberto que colocou em dúvida a forma como seria disponibilizada essa importância. Por fim, revelou que não iria votar favoravelmente esta proposta, porque considerava que não deveriam ser as autarquias a financiar o poder central.---

-----Interveio o senhor José Lopes que informou, que iria votar favoravelmente a presente proposta, porque considerava de extrema importância a aquisição da viatura rápida. Questionou, por fim onde seria sediada a viatura.-----

-----Interveio o senhor Sérgio Martins que considerou que deveria ficar sediada no Centro de Saúde de Odemira.-----

-----Não havendo mais intervenções, e após ter sofrido a alteração proposta pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi aprovada por maioria, com quinze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, um voto a favor do membro independente e uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes vinte e sete membros da Assembleia.-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----**II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**Ponto um:** CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO: Neste ponto

registaram-se as seguintes intervenções:-----

-----O senhor Sérgio Martins, referindo-se à terceira folha do relatório em causa, perguntou no que consistia a remodelação das ETA's de Vila Nova de Milfontes, Boavista dos Pinheiros/Odemira e Santa Clara/ Sabóia e se seria apenas alterações na estrutura física das estações.-----

-----Perguntou também se seria possível consultar o projecto de “Acesso ao Centro de Saúde de Odemira”, e bem assim se o “Hospital de Rectaguarda de Odemira” seria apenas o apoio à elaboração do projecto.-----

-----Por último, informou que o Bairro Municipal do Galvão estava mencionado no conjunto de projecto em vias de conclusão/ aprovados e nas obras por administração directa, em curso;--

-----O senhor Dominic Cross perguntou para quando estava previsto o início e a conclusão das obras do Cine-Teatro de Odemira, e bem assim onde se situava o “Arranjo Urbanístico do Cavaleiro – Espaço Verde”.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que o Bairro Municipal do Galvão, em Odemira, surgia nos dois pontos, porque enquanto a execução avançava, paralelamente também avançavam os projectos das infraestruturas.-----

-----Quanto ao Cine-Teatro informou que tinham optado por remodelar por completo aquele espaço encontrando-se praticamente todos os projectos concluídos, à excepção do Projecto de Detectores de Fumos.-----

-----Por fim, disse que o arranjo urbanístico no Cavaleiro, situava-se atrás do Centro Social.----

-----Interveio o senhor José Alberto Guerreiro, Vereador da Câmara Municipal de Odemira, que em relação à remodelação das Estações de Tratamentos de Água, informou que já tinha

falado nesse assunto, na sessão da Assembleia Municipal, realizada em Dezembro do ano transacto. Referiu que se tratava da renovação dos filtros, com vista à melhoria da qualidade da água.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que referiu que no segundo ponto não deveriam juntar os projectos em vias de conclusão com os projectos aprovados.-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----**Ponto Dois:** CONTA DE GERÊNCIA E RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA DO ANO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E

NOVE: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara que explicou o porquê da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-

-----“RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTA DE GERÊNCIA DO ANO DE 1999:-

O Senhor Presidente submeteu à aprovação da Câmara Municipal o Relatório de Actividades e a Conta de Gerência do ano de 1999, que acusava no movimento orçamental um saldo da gerência anterior de 291.886.714\$00 (DUZENTOS E NOVENTA E UM MILHÕES, OITOCENTOS E OITENTA E SEIS MIL, SETECENTOS E CATORZE ESCUDOS):-  
Receita cobrada durante a gerência – 4.043.285.504\$00 (QUATRO BILIÕES, QUARENTA E TRÊS MILHÕES, DUZENTOS E OITENTA E CINCO MIL, QUINHENTOS E QUATRO ESCUDOS);- Total da receita – 4.335.172.218\$00 (QUATRO BILIÕES, TREZENTOS E TRINTA E CINCO MILHÕES, CENTO E SETENTA E DOIS MIL, DUZENTOS E DEZOITO ESCUDOS);- Total da despesa efectuada durante a gerência – 3.572.685.340\$00 (TRÊS BILIÕES, QUINHENTOS E SETENTA E DOIS MILHÕES, SEISCENTOS E OITENTA E CINCO MIL, TREZENTOS E QUARENTA ESCUDOS);- Saldo para a gerência seguinte – 762.486.878\$00 (SETECENTOS E SESSENTA E DOIS MILHÕES, QUATROCENTOS E OITENTA E SEIS MIL, OITOCENTOS E SETENTA E OITO

ESCUDOS) e, em Operações de Tesouraria, um saldo da gerência anterior de 57.478.827\$00 (CINQUENTA E SETE MILHÕES, QUATROCENTOS E SETENTA E OITO MIL, OITOCENTOS E VINTE E SETE ESCUDOS):- Entrada de fundos – 288.531.779\$00 (DUZENTOS E OITENTA E OITO MILHÕES, QUINHENTOS E TRINTA E UM MIL, SETECENTOS E SETENTA E NOVE ESCUDOS);- Saída de fundos – 265.430.180\$00 (DUZENTOS E SESSENTA E CINCO MILHÕES, QUATROCENTOS E TRINTA MIL, CENTO E OITENTA ESCUDOS);- Saldo para a gerência seguinte – 80.580.426\$00 (OITENTA MILHÕES, QUINHENTOS E OITENTA MIL, QUATROCENTOS E VINTE E SEIS ESCUDOS). A conta de documentos acusava um saldo para a gerência seguinte de 1.994.061\$00 (UM MILHÃO, NOVECENTOS E NOVENTA E QUATRO MIL E SESSENTA E UM ESCUDOS).-----

-----Em cumprimento do disposto no artigo 34º. do Decreto-Lei nº.341/83, de 21 de Julho, e na alínea e) do nº.2 do artigo 64º., da Lei nº.169/99, de 18 de Setembro e, depois de os ter examinado devidamente, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 4 votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista e três votos contra dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, aprovar o Relatório de Actividades e a Conta de Gerência do ano de 1999, que vai ficar arquivada no maço de documentos respeitante à presente acta e bem assim, apresentar os referidos documentos à Assembleia Municipal, para efeitos de apreciação, conforme determina a alínea c) do nº.2 do artigo 53º., da Lei nº.169/99, de 18 de Setembro.-----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO:- Os Senhores Vereadores eleitos pela CDU-Coligação Democrática Unitária, apresentaram a declaração de voto, que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----CDU-----

-----CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV-----

-----“DECLARAÇÃO DE VOTO-----



-----Pela 1ª. vez desde o Poder Local Democrático instituído com o 25 de Abril de 1974, a Câmara Municipal de Odemira passa (do ano de 1999 para o ano 2000) com 435 mil contos a prazo sendo o saldo em dinheiro parado de 750 mil contos!-----

-----A gestão do P. S. de transparência, rigôr, orçamentos credíveis, mudança prometida, vieram ao de cima:- FORAM PROMESSAS VAZIAS.-----

-----Quem previa investir mais de 5 milhões de contos no ano de 1999 em despesas de capital - obras, afinal gastou apenas 1 milhão e 600 mil contos.-----

-----Gastaram apenas 30,34% do previsto, no entanto foram recebidos mais de 4 milhões de contos do Orçamento de Estado, dos Fundos Comunitários, dos Ministérios, dos contribuintes Odemirenses.-----

-----Dos dinheiros recebidos do empréstimo das intempéries no valor de 627.485 contos e do dinheiro a fundo perdido do Ministério da Agricultura de mais de 550 mil contos, ou seja 1 milhão e quase 200 mil contos, pela análise das contas de gerência de 1998 e 1999 apenas foram gastos e documentados 400 mil contos.-----

-----Há pois quase 800 mil contos do dinheiro de todos nós que não foram aplicados na resolução dos problemas da população afectada com a intempérie ocorrida em 97.-----

-----A sorte grande saíu à gestão Socialista com a intempérie de 97; as viaturas de alto conforto e para todo o serviço espelham bem os valores em presença.-----

-----Pelas razões referidas votamos contra a conta de gerência do ano de 1999.-----

-----Odemira, 29 de Março de 2000-----

-----Os eleitos da C. D. U.”-----

-----a) - Cláudio José dos Santos Percheiro-----

-----a) - António Maria Viana Costa-----

-----a) - Manuel da Silva Cruz”-----

-----PROTESTO:- O Senhor Presidente da Câmara apresentou o Protesto, que foi subscrito

pelos Senhores Vereadores eleitos pelo P.S. e que, seguidamente, se transcreve na íntegra:-----

-----PARTIDO SOCIALISTA-----

-----“PROTESTO-----

-----A Coligação Democrática Unitária na reunião extraordinária de hoje, produziu uma declaração de voto onde mais uma vez, tenta denegrir a gestão do Partido Socialista fazendo acusações que comprovadamente já foram explicadas e justificadas, quer na Câmara Municipal quer na Assembleia Municipal.-----

-----Mas vejamos então as acusações da CDU.-----

-----1 – O saldo transitado de 750 mil contos de 1999/2000, resulta não do Partido Socialista não fazer as obras mas sim por estas terem arrancado no final do ano e o dinheiro para as pagar, passar para o ano 2000.-----

-----Porquê será a pergunta. A resposta é fácil e rápida. Tivesse a CDU projectos e processos de obras prontos quando saiu da Câmara, e não tivesse o Partido Socialista que os fazer, lançar a concurso etc, etc, e o saldo transitado estaria a zero e as obras feitas.-----

-----Não venha portanto agora a CDU acusar o Partido Socialista do que ela não fez em tempo útil e quando o deveria ter feito.-----

-----2 - A previsão de capital em termos de obra a fazer fundamentava-se principalmente (e quase exclusivamente) na arrecadação de receitas do Quadro Comunitário. Dessas receitas apenas uma pequena parte veio o que levou a que estando o dinheiro já destinado a obras muito caras, como os sistemas integrados de águas, esgotos, tratamento de esgotos e de águas, aduções etc. de Fataca, Malavado e Cavaleiro por um lado, Brejão, Azenha do Mar, Baiona e parte de S. Miguel e ainda Zambujeira do Mar, Almogrove etc. outras obras não pudessem ser lançadas por falta de financiamento. Alias basta fazer contas e ver o que foi a execução da CDU desde 1994; bastará dizer que em 1994, executaram 2.125.239 contos, 1995 com 2.219.734 contos, 1996 com 2.108.743 contos e 1997 com 2.782.404 contos. O Partido

Socialista executou em 1998 3.001.665 contos e em 1999 executou 3.572.685 contos, ou seja muito mais que a CDU em anos anteriores, praticamente sem apoios comunitários o que não aconteceu, com a CDU que os teve e não os aproveitou bem.-----

-----Se formos então para execuções globais então as diferenças ainda são maiores.-----

-----Basta dizer que em 1997, ano de Eleições a CDU executou 2.967.610 contos e fez tudo o que pode. Em 1998 o PS executou 3.293.552 contos (mais 325.942 contos) e em 1999 executou 3.508.368 (mais 540.758 contos).-----

-----Exemplar como se vê, e claro para os Odemirenses que todos os dias e em todo o Concelho veem novas obras.-----

-----3 – Quanto as Intempéries 97, o assunto já foi discutido e comprovado tantas vezes que quase não vale a pena falar nele.-----

-----Obviamente que as despesas estão todas documentadas e é pura falácia aquilo que a CDU afirma. Se o empréstimo e os dinheiros que o Ministério da Agricultura transferiu apenas foram sendo desbloqueados com os comprovativos de despesa, já que eram em regime de conta corrente (empréstimo) e por verificação de obras (Intempéries 97)-----

-----Se o dinheiro chegou é porque a obra aconteceu.-----

-----Já agora, somando o que a CDU diz que é o saldo transitado mais 800 mil contos teríamos um milhão e meio de contos em dinheiro. Perguntamos onde, já que infelizmente tal não se verifica.-----

-----Mas por aqui se vê é o discurso fácil, demagógico e profundamente injusto utilizado por aquela Coligação.-----

-----4 – Uma última palavra para o mau gosto, falta de sensibilidade e pouco respeito quer pela população atingida pela intempérie de 97, quer para os eleitos do Partido Socialista, quanto à afirmação de que nos saiu a sorte grande com aquela infelicidade que nos atingiu.-----

-----Belos sentimentos, para quem apregoa solidariedade, transparência, rigôr e respeito

pelos outros.-----

-----5 – Por tudo isto se compreende o voto contra, que não causa no entanto estranheza.----

-----É que desde há anos, muitos anos, a CDU sempre esteve contra uma palavra que é desejada por todos “Desenvolvimento”.-----

-----a) – António Manuel Camilo Coelho-----

-----Subcrevo: a) – António Manuel Viana Afonso-----

-----Subcrevo: a) – Carlos Alberto Silva Oliveira-----

-----Subcrevo: a) – José Alberto Candeias Guerreiro”-----

-----Interveio o senhor Sérgio Martins que referindo-se ao quadro sobre os desvios entre as receitas e despesas previstas e as realizadas, constante na décima segunda folha, do Relatório de Actividades, informou que tinha havido um decréscimo nas receitas de capital em cerca de sessenta por cento e nas despesas de capital em cerca de setenta por cento. Face ao exposto lembrou que o senhor Presidente da Câmara, aquando da aprovação do Plano e Orçamento para o ano transacto, tinha referido que iriam cumprir na íntegra todo o plano e inclusivamente criticou a gestão da Coligação Democrática Unitária, dizendo que tinham orçamentos irrealistas.-----

-----Considerou ainda que com a quebra nas receitas e despesas de capital, o orçamento em causa não era realista e o presente documento era contraditório às intenções e afirmações feitas pelo senhor Presidente da Câmara.-----

-----Quanto às verbas despendidas com as intempéries de Novembro de mil novecentos e noventa e sete, disse que em mil novecentos e noventa e oito havia um total de despesas de viação rural e protecção civil cerca de duzentos e trinta e oito mil contos e no ano seguinte cerca de cento sessenta e três mil contos, o que totalizava, nos dois anos, cerca de quatrocentos e um mil contos. Uma vez que a Câmara Municipal tinha para dispendir nas intempéries cerca de um milhão e duzentos mil contos, perguntou o porquê apenas de aparecerem justificados

quatrocentos e um mil contos.-----

-----Por último, disse que com base nos documentos, havia um investimento em obras de um milhão e seiscentos mil contos, sendo cerca de duzentos mil contos para aquisição de viaturas e equipamento municipal e cerca de quatrocentos mil contos do FEF – Fundo Equilíbrio Financeiro, o que totalizava um investimento real, abaixo de um milhão de contos. Referiu também que para quem tinha o propósito de investimento na ordem dos cinco milhões e duzentos mil contos, verifica-se que a execução tinha ficado abaixo dos vinte por cento das intenções orçamentais previstas.-----

-----Interveio o senhor António Roberto que referiu que algumas questões já tinham sido colocadas pelo senhor Sérgio Martins, nomeadamente a questão das intempéries e do FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro.-----

-----Referiu ainda que tinha dito ao senhor Presidente da Câmara que não conseguia executar sessenta por cento do orçamento, ao que ele lhe tinha dito que o orçamento seria para executar na íntegra, porém pelas suas contas, a execução andava nos trinta e nove por cento.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que referiu que anteriormente a aquisição de viaturas era despesas de capital, pelo que actualmente também o seria. Disse ainda que, apesar de terem herdado um parque automóvel velho, a aquisição de viaturas tinha andado na ordem dos quinze mil contos, sendo a grande parte do investimento em equipamento, porém nunca atingiria os duzentos mil contos.-----

-----Discordou ainda que fosse referido que a percentagem de execução era inferior a um milhão de contos e referiu que a execução de um orçamento importava três vertentes, designadamente correntes, capital e saldo transitado. Se juntassem essas três vertentes, verificariam que a execução orçamental andava na ordem dos sessenta e dois por cento.-----

-----Referiu ainda que tinha dito ao senhor António Roberto que mesmo sem financiamento do quadro comunitário, em termos globais, fariam sempre sessenta por cento da execução

orçamental.-----

-----Revelou também que, desde mil novecentos e noventa e quatro, a mil novecentos e noventa e oito a execução orçamental tinha andado na ordem dos cinquenta e três aos sessenta e três por cento, porém os valores dos orçamentos rondavam entre os três milhões e trezentos mil contos e os cinco milhões de contos, enquanto que o orçamento para mil novecentos e noventa e nove importava em cerca de sete milhões de contos, com uma execução orçamental de sessenta e dois por cento.-----

-----Quanto ao saldo transitado, informou que tinha existido um deslizamento nas obras, algumas estavam no contrato – programa de mil novecentos e noventa e três, para serem executadas em mil novecentos e noventa e cinco e noventa e seis e, apenas foram executadas no final de mil novecentos e noventa e nove, por não existirem projectos ou não estarem concluídos. Aliado a isto, as receitas da SISA e das intempéries só foram pagas no final do ano, pelo que seria humanamente impossível utilizarem cerca de quinhentos mil contos num mês.---

-----Disse que as contas das intempéries não estavam fechadas. Quanto aos caminhos a serem reparados, informou que tinham sido indicados pelos senhores Presidentes das Juntas de Freguesias e o IFADAP apenas pagava, quando as obras tivessem concluídas, o mesmo se passava com o empréstimo, a verba só era adiantada pela Caixa Geral de Depósitos, mediante a apresentação dos autos de medição.-----

-----Por último, considerou que a grande confusão dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, foi se terem apoiado em mapas que não estavam concluídos, eram apenas desagregações preliminares que ainda não estavam apuradas. Do valor do empréstimo, na desagregação teria de ser imputada a mão-de-obra, cujo valor era elevado.-----

-----Interveio o senhor Dominic Cross que questionou se o senhor Presidente da Câmara estava a referir-se à página número vinte, do relatório de actividades, na desagregação “passivos financeiros – Empréstimos a médio e longo prazo”.-----

-----Interveio novamente o senhor Sérgio Martins, que referindo-se à décima quarta folha, do Relatório de Actividades, referiu que desde mil novecentos e noventa e sete, tinha-se verificado uma evolução considerável com despesas com o pessoal e tinha-se registado apenas um decréscimo nas transferências correntes para as Juntas de Freguesia, talvez devido à entrada em vigor da nova Lei de transferências directas da Administração Central para as Juntas de Freguesia.-----

-----Disse ainda que se tinha registado apenas um aumento de zero virgula sete por cento nas despesas de capital, de mil novecentos e noventa e sete para mil novecentos e noventa e nove, o que em termos de gestão não manifestava com muita clareza a vontade política de investimento do actual executivo.-----

-----Disse também que havia muitas despesas com as intempéries que tinham sido afectas ao Plano de Actividades dos dois últimos anos, pelo que existia um cruzamento entre as despesas apresentadas como investimento no presente Relatório de Actividades. Referiu ainda que, uma vez que não era possível sob o ponto de vista técnico e político apresentarem uma conta de gerência específica para as intempéries e não tinham conhecimento dos mapas em que o senhor Presidente da Câmara se estava a basear, seria natural questionarem sobre o porquê das coisas.-

-----Apesar de reconhecer que seria difícil a apresentação de um documento discriminado com as contas das intempéries, informou que não dispensariam essa apresentação, dado que não conseguiam encontrar justificação para cerca de oitocentos mil contos do empréstimo das intempéries, já que apenas vinha justificado cerca de quatrocentos e um mil contos.-----

-----Interveio o senhor Vereador José Alberto Guerreiro, que informou que as intempéries não se referiam apenas aos dois últimos anos, mas também aos dois últimos meses de mil novecentos e noventa e sete. Informou ainda que na Câmara Municipal, os Vereadores eleitos pela Coligação Democrática Unitária, pretendiam que nas despesas correntes, aparecesse uma sub – rubrica do pessoal, específica para as intempéries, porém isso não seria legalmente

possível e em mil novecentos e noventa e sete também não tinha sido efectuado.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que perguntou se não existia um centro de custos relacionado com as intempéries.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que não podia existir o centro de custos. Disse que estavam a tentar desagregar as contas das intempéries, porque os custos tinham de ser imputados ao pessoal e às máquinas. Quando as contas tivessem encerradas viriam para conhecimento dos membros da Assembleia Municipal.-----

-----Atendendo ao avanço da hora, pelas treze horas e trinta minutos, interrompeu-se a sessão para dar lugar ao período habitualmente reservado para o almoço.-----

-----Pelas quinze horas e vinte e cinco minutos, depois de verificado o quorum, retomaram-se os trabalhos, dando-se continuidade ao tratamento do segundo ponto do Período da Ordem do Dia.-----

-----Interveio o senhor António Roberto que referiu, que uma vez que não possuíam os mapas do senhor Presidente da Câmara, seria legítimo que questionassem acerca dos restantes oitocentos mil contos do empréstimo das intempéries.-----

-----Por último, questionou se não seria tecnicamente mais correcto e politicamente mais transparente, se em vez de terem transferido cerca de cem mil contos para o orçamento de dois mil, tivessem transferido os cerca de oitocentos mil contos, que não se encontravam justificados.-----

-----Interveio o senhor Sérgio Martins que considerou que, seria agora o momento ideal para apresentar as contas referentes às intempéries, apesar do senhor Presidente da Câmara ter prometido que, assim que as mesmas tivessem fechadas, seriam apresentadas na Assembleia Municipal. Referiu também que “não bastava ser era preciso parecer”.-----

-----Por último, discordou quando era referido que a capacidade de execução do actual executivo camarário era “pujante”, dado que pelas suas contas andava abaixo dos vinte por



cento. Questionou também sobre o valor que correspondia ao FEF – Fundo Equilíbrio Financeiro.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que questionou sobre a componente da despesa que correspondia às intempéries e a que correspondia ao FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que considerou que, por muitas explicações que fizesse, não iria esclarecer ninguém, porque elas já vinham para a presente sessão com posições tomadas. Referiu que a despesa com intempéries tinha decorrido nos últimos três anos, mas a receita apenas surgiu em mil novecentos e noventa e nove. Disse ainda que o processo “intempéries Novembro de mil novecentos e noventa e sete” estava encerrado em termos de receitas, porém em termos de despesas ainda haviam obras em execução.-----

-----Informou também que estavam a tentar desagregar as contas dos três anos e considerou que essa desagregação deveria ter sido iniciada logo em mil novecentos e noventa e sete e nesse ano a responsabilidade não era do actual executivo municipal e nem tinha sido solicitado para o fazerem.-----

-----Por último, considerou que seria um pouco “má fé”, não se perceber que num conjunto de obras de cerca de um vírgula três milhões de contos, cerca de quarenta por cento correspondia a mão-de-obra, que estavam tentando desagregar.-----

-----Interveio o senhor Vereador José Alberto Guerreiro, que informou que em mil novecentos e noventa e sete, aquando das intempéries, praticamente toda a Câmara Municipal trabalhou para esse efeito, quer a nível de pessoal quer a nível de máquinas, porém nessa altura ninguém levantou qualquer problema ou solicitou alguma justificação de contas.-----

-----Por fim, disse que a desagregação das despesas era difícil de fazer, porque a contabilidade municipal não permitia, porém assim que tivesse terminada seria apresentada à Assembleia Municipal.-----

-----Interveio o senhor Joaquim Rodrigues que, referindo-se à vigésima nona folha do Relatório de Actividades, questionou se a verba referente à habitação social era referente às intempéries.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que era referente ao edifício José Maria de Andrade, em Odemira e à aquisição de alguns terrenos.-----

-----Interveio o senhor Sérgio Martins que considerou que não era muito correcto, o senhor Presidente da Câmara dizer que tinha os mapas referentes às intempéries, que ainda não estavam concluídos e que posteriormente seriam apresentados. Referiu que não lhe parecia eticamente correcto a não apresentação dos citados mapas, no momento em que estavam a ser apreciadas as Contas de Gerência.-----

-----Disse ainda que concordava, que houvesse dificuldades na desagregação das despesas referentes às intempéries, porém discordava que se dissesse que a Coligação Democrática Unitária era responsável pelo facto de não existir uma contabilidade criada a esse nível para efeitos de despesas desde mil novecentos e noventa e sete.-----

-----Interveio o Presidente da Câmara que sugeriu que questionassem os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, sobre a forma como apresentavam as facturas à Câmara Municipal, referentes às intempéries, nomeadamente se vinham desagregadas.-----

-----Referiu ainda que seria muito difícil fazer a desagregação das despesas com as intempéries, porém a pedido da Coligação Democrática Unitária estavam a fazê-lo.-----

-----Por último, considerou que tinha havido uma precipitação da parte da Coligação Democrática Unitária em votar contra as Contas de Gerência, dado que deveriam aguardar o encerramento das contas das Intempéries de Novembro de mil novecentos e noventa e sete e depois logo criticariam.-----

-----Interveio o senhor António Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que informou que seria muito difícil fazer a desagregação das contas, uma vez que em alguns casos

nas reparações dos caminhos, uma máquina tinha trabalhado para duas Juntas de Freguesia ao mesmo tempo.-----

-----Por último, considerou que só não compreendia quem não queria ou então quem estava com outras intenções. Sugeriu ainda que aguardassem a apresentação das contas referentes às intempéries e depois logo criticariam.-----

-----Interveio o senhor José Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que revelou que em São Teotónio, durante o período em que foi eleito até tomar posse, em mil novecentos e noventa e sete, em vez de repararem os caminhos danificados pelas intempéries, alcatroaram ruas para benefício próprio, tal como a que passava pelo armazém do anterior Presidente da Junta de Freguesia.-----

-----Por último, disse que actualmente já conseguiam verificar que o dinheiro era aplicado para benefício das populações, dada a quantidade de obras executadas.-----

-----Interveio o senhor António Roberto que considerou que, todos tinham a legitimidade de discordar ou concordar de qualquer assunto. Disse também que, uma vez que o Partido Social Democrata não se fazia representar nem no executivo municipal, nem nas Juntas de Freguesia, seria legítimo apresentarem todas as questões nas sessões da Assembleia Municipal.

-----Por último, revelou que iria votar contra a Conta de Gerência, não pelas contas das intempéries, mas porque pelo que reparou no concelho de Odemira, obras executadas eram poucas e a maioria era financiada pelo Estado.-----

-----Evocando o direito de resposta, interveio a senhora Dulce Raposo que informou que a rua alcatroada em São Teotónio não ia apenas beneficiar o então Presidente da Junta de Freguesia, mas também todos os outros moradores.-----

-----Interveio o senhor José da Silva que informou que a Coligação Democrática Unitária, tinha tomado uma posição, uma vez que discordavam e tinham dúvidas técnicas acerca dos documentos apresentados. Disse que não estava em causa a honestidade das pessoas, mas a

forma como o dinheiro tinha sido aplicado.-----

-----Interveio o senhor Filipe Palma que referiu que nunca, na Assembleia Municipal, se tinha posto em dúvida a discussão de qualquer documento do executivo municipal, porém discordava com o “envieçamento” que alguns assuntos estavam a ter.-----

-----Considerou ainda que o que estava em discussão no momento era a Conta de Gerência, cujas rubricas tinham suporte documental, pelo que se poderia considerar um documento tecnicamente bem feito.-----

-----Disse também que era legítimo que as pessoas não quisessem votar por razões políticas. Lamentou também ter lido no jornal “Diário do Alentejo”, o artigo sobre as Contas de Gerência e as Intempéries, dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária. Considerou que não ficava bem, a um jornal que tinha algum prestígio e era financiado pelos municípios do distrito de Beja.-----

-----Relativamente, à intervenção do senhor Sérgio Martins, considerou que ao ter dito “não era preciso ser era preciso parecer”, estava a duvidar da honestidade das pessoas. Disse também que não subscrevia a intervenção do senhor António Roberto quando referiu que a obra era pouca, dado que era visível a capacidade de execução da actual Câmara Municipal.-----

-----Interveio o senhor Sérgio Martins que informou que nas suas intervenções, não pretendia acusar ninguém ou duvidar da honestidade das pessoas, nem mesmo na entrevista dos eleitos da Coligação Democrática Unitária ao jornal “Diário do Alentejo”, isso tinha sido citado. Considerou, óbvio ser durante a sessão da Assembleia Municipal, o local ideal para se debater a questão das intempéries, uma vez que se tratava de dinheiros públicos recebidos pela Câmara Municipal para um determinado fim, pelo que teriam de ser apresentadas contas rigorosas quanto possível.-----

-----Por último, referiu que também no anterior mandato, alguns órgãos de comunicação social tinham fustigado e ofendido a honorabilidade das pessoas que então dirigiam a autarquia.-----

-----Disse também que tinha sido dada oportunidade de resposta ao senhor Presidente da Câmara, que segundo a sua leitura tinha achado insuficiente, relativamente às questões levantadas.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que tinha sido solidário para com o senhor Cláudio Percheiro, então Presidente da Câmara, quando ele tinha sido vergonhosamente acusado nos órgãos de comunicação social.-----

-----Por último, relativamente ao artigo do Diário do Alentejo, considerou que não tinha sido cumprida a Lei de imprensa porque, enquanto que a entrevista com o Vereador Cláudio Percheiro tinha tido honras de primeira página, a sua resposta tinha sido remetida para o fundo de uma página, sem qualquer chamada à primeira.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que considerou que deveria ser feito um esforço no sentido dos saldos das Contas de Gerência transitarem de uns anos para os outros com valores significativamente mais baixos.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação dos presentes documentos, tendo-se obtido o seguinte resultado:-----

-----A) CONTA DE GERÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA DO ANO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE: Foi aprovada por maioria, correspondendo a dezasseis votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, sete votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos contra dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, duas abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista, uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um abstenção do membro independente, quando estavam presentes vinte e nove membros da Assembleia.-----

-----B) RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA DO ANO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE: Foi aprovada por maioria, correspondendo a dezassete votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, sete

votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos contra dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Socialista, uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um abstenção do membro independente, quando estavam presentes vinte e nove membros da Assembleia.-----

-----Seguidamente, os membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, apresentaram a Declaração de Voto, que se transcreve na íntegra:-----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO**-----

-----“Votamos contra o Relatório de Actividades e Contas de Gerência de 1999, apresentadas pela Câmara Municipal de Odemira, por:-----

-----a) Falta de esclarecimento adequado e convincente sobre as despesas de capital e de despesas correntes importadas ao Orçamento de 1999 e correspondentes às despesas de investimento no âmbito das reparações das intempéries de Novembro de 1997.-----

-----b) Uma muito baixa taxa de cumprimento das despesas de capital, face às receitas de capital orçamentadas para o ano de 1999 ( aproximadamente 30%), em completa contradição com as declarações e intenções feitas pelo senhor Presidente da Câmara Municipal em Dezembro 1998, aquando da aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para 1999.-----

-----c) Repudiar a política de entesouramento da gestão Socialista, que mantém de forma sistemática 700.000 contos depositados, dos quais sendo cerca de 50% em depósitos a prazo que muita falta fazem ao desenvolvimento deste concelho, nomeadamente a satisfação rápida de infraestruturas básicas de que o concelho de Odemira ainda está carente, no final do século XX.-----

-----Os eleitos da C.D.U.-----

-----Sérgio Martins”-----

-----Registou-se também a apresentação de um Protesto, pelos membros eleitos pelo

Partido Socialista, que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----**PROTESTO**-----

-----“Os membros do Partido Socialista presentes nesta Assembleia Municipal protestam contra a forma como a C.D.U., mais uma vez, demonstra que não quer ver o desenvolvimento do nosso concelho.-----

-----Apesar das explicações prestadas pelo senhor Presidente da Câmara, os membros da C.D.U., continuaram a insistir na máxima que lhes é conhecida, a política do quando pior melhor.-----

-----De facto notam-se melhoras indesmentíveis em todo o concelho, facto que deixa a C.D.U. nervosa, levando-a ao ponto de fazer oposição do “bota abaixo”, sem qualquer sentido, demonstrando uma falta de respeito pelo voto popular.-----

-----Odemira, 28 de Abril de 2000-----

-----Os eleitos pelo P.S.”-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----**Ponto Três: AUTORIZAÇÃO PARA VENDA DO EDÍFICIO CONSTRUÍDO NO LOTE NÚMERO DEZ, NO LOTEAMENTO MUNICIPAL DA ZAMBUJEIRA DO MAR –**

**MANUEL ANTÓNIO MIGUEL DO ROSÁRIO DIMAS:** Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“AUTORIZAÇÃO PARA A VENDA DO EDÍFICIO CONSTRUÍDO NO LOTE NÚMERO DEZ NO LOTEAMENTO MUNICIPAL DA ZAMBUJEIRA DO MAR –

**MANUEL ANTÓNIO MIGUEL DO ROSÁRIO DIMAS:**- Foi presente um requerimento em que Manuel António Miguel do Rosário Dimas, casado, residente em São Teotónio, deste Concelho solicita, na qualidade de proprietário do lote de terreno número 10 (dez), do

Loteamento Municipal da Zambujeira do Mar, destinado à construção de habitação própria, autorização, a título excepcional, para a venda da casa que construiu no referido lote, realçando os seguintes aspectos:-----

-----1 – O requerente solicitou empréstimo a uma Instituição Bancária destinado a financiar a construção do edifício e que, por incumprimento do pagamento do empréstimo, aquela iniciou uma acção judicial com vista à recuperação dos seus créditos.-----

-----2 – Por razões várias, pessoais e profissionais, tem enormes dificuldades financeiras, estando impossibilitado de fazer face ao pagamento do empréstimo e das dívidas contraídas;---

-----3 – Como todas as suas expectativas correram mal verificou-se um avolumar de dívidas que, neste momento, não consegue pagar.-----

-----Consultado o processo respectivo verificou-se que:-----

-----Por despacho do Senhor Presidente da Câmara, de 21/05/96, foi concedida a licença de habitação.-----

-----Em dez de Julho de 1996 foi emitido o alvará de licença de habitação número 144 (cento e quarenta e quatro);-----

-----No contrato de compra e venda do lote do terreno em causa consta uma cláusula que, apenas permite, a alienação da edificação volvidos cinco anos a contar da data da conclusão das obras.-----

-----Pelo que ficou referido a Câmara Municipal, apesar de entender tratar-se de um caso de justiça social, deliberou, por unanimidade, considerar-se incompetente para autorizar a venda que lhe é solicitada, em função do Regulamento respectivo, propondo à Excelentíssima Assembleia Municipal que, depois de apreciar o problema, se digne conceder-lhe a aprovação, se tal for considerado viável.”-----

-----Interveio o senhor José da Silva que referiu que a Assembleia Municipal já tinha aprovado algumas doações de lotes onde vinha mencionado o nome da pessoa a quem era



doado, porém no presente caso isso não acontecia. Disse ainda, que concordava com a venda na perspectiva de ajudar a pessoa que tinha adquirido o lote, porém não concordava com a venda a qualquer pessoa, nomeadamente se fosse negociante de imóveis.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que sugeriu que se autorizasse a venda, com a ressalva que o comprador não poderia efectuar nova transmissão da propriedade, antes de decorridos os cinco anos, contados da data da emissão da primeira licença de habitação.-----

-----Interveio o senhor Joaquim Rodrigues que referiu, que concordava com a venda do edifício a uma pessoa que se inserisse no âmbito de habitação social.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que revelou que concordava com a intervenção do senhor Presidente da Assembleia e sugeriu que a Assembleia Municipal equacionasse a hipótese de revisão do actual regulamento.-----

-----Interveio o senhor José Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que informou que era fácil comprovar a dificuldade financeira da pessoa que vendia o edifício, porém seria difícil comprovar a necessidade da pessoa que comprava.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi a presente proposta aprovada por maioria, correspondendo a dezasseis votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, um voto a favor do membro independente e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes vinte e oito membros da Assembleia, com a ressalva que o comprador não poderia efectuar nova transmissão da propriedade, antes de decorridos cinco anos, contados da emissão da primeira licença de habitação. Foi ainda recomendado ao executivo municipal, que promovesse a alteração do Regulamento dos Loteamentos Municipais, por forma a enquadrar esse tipo de situações.-----

-----**Ponto quatro:** FEIRA DAS ACTIVIDADES CULTURAIS E ECONÓMICAS DO

CONCELHO DE ODEMIRA (FACECO) – PROPOSTA DE TABELA DE PREÇOS PARA O

ANO DOIS MIL: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara que explicou a razão, da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“FEIRA DAS ACTIVIDADES CULTURAIS E ECONÓMICAS DO CONCELHO DE ODEMIRA (FACECO) – TABELA DE PREÇOS PARA 1999 – PROPOSTA:- Foi

presente uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, contendo a tabela de preços, a vigorar na FACECO no corrente ano e que ficará arquivada no maço de documentos respeitante à presente acta.-----

-----Depois de devidamente apreciada a Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar a tabela referida de acordo com o disposto na alínea a) do nº.6 do artº. 64º., da Lei nº.169/99, de 18 de Setembro, devendo submetê-la à aprovação da Exmª. Assembleia Municipal, conforme determina a alínea e) do nº. 2 do artº. 53º. do diploma anteriormente mencionado.”-----

-----Registou-se apenas a intervenção do senhor Filipe Palma que considerou que alguns preços deveriam ter sido aumentados.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi aprovada por maioria, correspondendo a dezasseis votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, sete votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, um voto a favor do membro independente, duas abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes vinte e oito membros da Assembleia.-----

-----**Ponto cinco:** PROPOSTA “PELA MODERNIZAÇÃO E DIGNIFICAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS”, RESULTANTE DA REUNIÃO COM A DIRECÇÃO DA

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES, NO DIA TRINTA DE MARÇO DO CORRENTE ANO: Foi presente a circular número mil setecentos e oitenta e dois, datada de trinta e um de Março do corrente ano, enviado pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, a qual anexava a proposta intitulada “Pela Modernização e Dignificação das Assembleias Municipais”, a qual ficará arquivada no maço de documentos da presente sessão. A citada proposta resultou da reunião havida com a Direcção da Associação Nacional de Municípios Portugueses e será presente no décimo segundo Congresso da citada Associação, que se realizará no dia cinco de Maio, para discussão e votação.-----

-----Interveio o senhor Jorge Parreira que revelou que iria votar favoravelmente a presente proposta, porque considerava que a nova Lei, limitava os movimentos das Assembleias Municipais.-----

-----Não se registando mais intervenções, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi devidamente aprovada por unanimidade, correspondendo a quinze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, sete votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro independente, quando estavam presentes vinte e cinco membros da Assembleia.-----

-----**III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**-----

-----Não se registou qualquer intervenção.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

-----Nos termos do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, foram aprovadas em Minuta todas as deliberações tomadas para que produzam efeitos imediatos, por unanimidade, correspondendo a dezassete votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros

eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro independente, quando estavam presentes vinte e nove membros da Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**-----

-----Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão pelas dezassete horas trinta e cinco minutos.-----

-----De tudo, para constar, se lavrou a presente acta que, nos termos da Lei, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e pelos senhores Secretários.-----

-----O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO,-----

-----O SEGUNDO SECRETÁRIO,-----